Medida Provisória n° 1001, de 2020

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, autorizando a contratação de operação de crédito interna no mesmo valor para o atendimento de despesas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavirus.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Destino: Ao arquivo

Último local: 27/04/2021 - Secretaria de Expediente

Último estado: 23/02/2021 - SEM EFICÁCIA

TRAMITAÇÃO

06/10/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

28/04/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 107, de 28/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 23 de abril de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 22 de fevereiro de 2021.

23/04/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 23-04-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001 de 2020, cuja vigência encerrou-se em 22-02-2021, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 29-04-2021).

Publicado no DCN Páginas 49 - DCN nº 16

23/02/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Término do prazo de vigência, em 22 de fevereiro de 2021, da Medida Provisória no 1.001, de 2020, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.
Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.
A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 23 de abril de 2021.
(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 25/02/2021)

Publicado no DCN Páginas 50 - DCN nº 5

22/02/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Perdeu a eficácia

13/11/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 142, de 12/11/2020, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 13/11/2020 – Seção 1 – Página 3)

13/10/2020 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/10/20 PÅG 18.

22/09/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

21/09/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebida a Mensagem nº 523/2020, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1001/2020.

18/09/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício n.336/2020, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal n° 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº , de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".À Medida não foram oferecidas emendas.

18/09/2020 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 336, de 18/09/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

TRAMITAÇÃO

18/09/2020 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada Nota Técnica nº 86, de 18 de setembro de 2020, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.001/2020, elaborada pela consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, não foram apresentadas emendas.

16/09/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: À CMO, para recebimento de emendas.

15/09/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/09/2020 a 22/02/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/09/2020 a 17/09/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 30/10/2020 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 17/09/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 18/09/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Publicado no DCN Páginas 18 PUB Vigência prorrogada pelo período de 60 dias. - DCN nº 52

15/09/2020 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 15/09/2020, Edição Extra A, página 1, a Medida Provisória 1.001/2020.

Publicado no DOU Páginas 1 Edição Extra (nº A)

DOCUMENTOS

MPV 1001/2020

Data: 15/09/2020

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Calendário

Data: 15/09/2020

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/09/2020 a 22/02/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/09/2020 a 17/09/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 30/10/2020 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 17/09/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 18/09/2020.

*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/09/2020

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: -

OFCN 336/2020

Data: 18/09/2020

Autor: Diretor da Secretaria de Expediente

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 336, de 18/09/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n° 1.001, de 2020.

Nota Técnica

Data: 18/09/2020

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Anexada Nota Técnica nº 86, de 18 de setembro de 2020, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.001/2020, elaborada pela consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, não foram apresentadas emendas.

Descrição/Ementa: Nota Técnica nº 86 da MPV 1.001/2020.

Ofício

Data: 23/02/2021

Autor: Presidente da Câmara dos Deputados

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Término do prazo de vigência, em 22 de fevereiro de 2021, da Medida Provisória no 1.001, de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".
Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de

DOCUMENTOS

encerramento do prazo de vigência da referida Medida.
A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 23 de abril de 2021.
(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 25/02/2021)

Descrição/Ementa: Encaminha processado da Medida Provisória nº 1.001/2020 (perda de eficácia)

OFCN 107/2021

Data: 28/04/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 107, de 28/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 23 de abril de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 22 de fevereiro de 2021.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória n° 1.001, de 2020.